Mulheres pesquisadoras: o desafio de ser mulher na pós-graduação em ciências agrárias

Women researchers: the challenge of being a woman in postgraduate studies in agricultural sciences

Viviane Proto Ferreira
Doutoranda em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0000-0002-3737-6867, viviane.proto@ifgoiano.edu.br
Patrícia Bastos de Azevedo
Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, https://orcid.org/0000-0003-1006-0253, patriciabazev@ufrrj.br

Recebido em: 09/04/2025/ Aceito em: 25/06/2025
DOI: 10.12660/rm.v17n27.2025.93321

Resumo

Este estudo analisa os desafios do processo de ser mulher no Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias do Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde, se inserindo no campo dos estudos de gênero e educação. A metodologia utilizada consistiu na aplicação de um questionário semiestruturado aplicado via google forms com as egressas do referido programa tituladas no período de 2013 a 2023. Os resultados mostram um contexto multifacetado que incluem desde barreiras relacionadas ao machismo e a discriminação de gênero até a desvalorização profissional. Evidenciando-se a necessidade de políticas institucionais mais inclusivas, editais específicos para estudantes mães e modelos de liderança que promovam a permanência feminina na pesquisa científica no campo das Ciências Agrárias.

Palavras-chave: Mulher; Egressa; Ciências Agrárias.

Abstract

This study analyzes the challenges of being a woman in the Graduate Program in Agricultural Sciences at the Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde, within the field of gender and education studies. The methodology used consisted of applying a semi-structured questionnaire via Google Forms to female graduates of the aforementioned program who graduated between 2013 and 2023. The results show a multifaceted context that includes everything from barriers related to machismo and gender discrimination to professional devaluation. Evidencing the need for more inclusive institutional policies, specific notices for students mothers and leadership models that promote the permanence of women in scientific research in the field of Agricultural Sciences.

Keywords: Woman; Graduate; Agricultural Sciences.

Introdução

A narrativa da participação das mulheres na ciência foi escassamente documentada na literatura e marcada por contradições, conforme apontam Schienbinger (2001), Scott (1991), Louro (1997), dentre outros, ao trazer um ideal feminino ligado aos afazeres domésticos e à família. As mulheres adentraram o ambiente acadêmico marcado pela misoginia e pelos estereótipos associados ao romantismo, que as retratavam como sensíveis e emotivas, em contraste com a objetividade e neutralidade masculinas exigidas pela ciência.

De acordo com Schienbinger (2001), na antiguidade reforçava-se a ideia de que a prática científica demandava características como barba e habilidade intelectual, ou seja, a ciência era vista como uma filosofia masculina, baseada em um "modelo ideal de homem científico", com o propósito de manter exclusivamente a presença masculina nesse espaço. Essa representação institucionalizada nas universidades legitimou a concepção de que a ciência era uma atividade reservada aos homens. Assim, por muitos anos, as mulheres foram marginalizadas na produção do conhecimento científico e na demonstração de suas competências. Diante disso, as agendas feministas buscaram aprofundar a crítica à ciência, contextualizando-a dentro do histórico de discriminação enfrentado pelas mulheres. Ressalta-se a importância das lutas feministas, das políticas públicas e das pesquisas que abordam a epistemologia da teoria feminista e as questões relacionadas à presença das mulheres na ciência.

Consequentemente, após anos de luta e perseverança, as mulheres conseguiram conquistar um lugar de destaque e reconhecimento na comunidade científica. Foram enfrentadas barreiras sociais, culturais e institucionais que as impediram de participar plenamente do mundo científico (Harding, 1987). Sendo que, graças aos esforços de mulheres pioneiras e de movimentos feministas que lutaram por igualdade de oportunidades, gradualmente assistimos uma mudança significativa nesse cenário. Nas últimas décadas, presenciamos importantes feitos em se tratando da inserção e da presença da mulher no universo científico, com o aumento do número de mulheres nas universidades e instituições de pesquisa.

Segundo indicadores do CNPq disponíveis na Plataforma Lattes, desde 2005 as mulheres são maioria entre mestras e doutoras no Brasil (CNPq, 2010). Em 2023, a proporção era de 55,42% de mulheres mestres e doutoras *versus* 44,58% homens.

No entanto, o resultado positivo para a presença de mulheres na pós-graduação das universidades brasileiras pode mascarar aspectos relevantes de desigualdade de gênero (Roque; Oliveira, 2024). É o que ocorre em determinadas áreas do conhecimento como as áreas de tecnologia, informática e ciências agrárias, por exemplo. O estudo desenvolvido por Moschkovich e Almeida (2015), demonstrou um crescimento do número de mulheres com o título de doutorado no Brasil nos últimos anos, assim como de professoras no ensino superior. Contudo, é possível observar que as docentes do sexo feminino estavam mais concentradas em áreas do conhecimento tidas como mais afeitas às mulheres, como as ligadas ao campo da saúde e da educação, enquanto aquelas ligadas à área tecnológica, como as engenharias, assim como das ciências da terra continuam sendo áreas predominantemente masculinas. Como resultado desse processo, observa-se uma segregação significativa das mulheres nos Centros de Ciências Agrárias (CCA) e de Ciências Exatas (CCE), espaços onde essa desigualdade é mais acentuada, permanecendo como os campos acadêmicos em que as mulheres seguem sub-representadas e, em muitos casos, excluídas das dinâmicas institucionais e científicas.

Outro aspecto relevante amplamente discutido na literatura diz respeito ao momento da vida em que muitas mulheres ingressam no doutorado — frequentemente entre os 25 e 40 anos — período que coincide com a fase de maior fertilidade e, em muitos casos, com a experiência da maternidade (Roque; Oliveira, 2024).

Essa sobreposição entre as exigências da formação acadêmica e as demandas da reprodução biológica e social impacta diretamente a trajetória dessas pesquisadoras. Embora muitas permaneçam na universidade, observa-se uma queda significativa em sua produtividade científica, o que compromete seu desempenho acadêmico e reforça desigualdades estruturais no ambiente universitário (Roque; Oliveira, 2024).

Outro fenômeno amplamente descrito na literatura conforme aponta Benedito (2019) refere-se ao “efeito teto de vidro”, que corresponde aos obstáculos visíveis ou não, os quais são colocados entre as mulheres e o topo da carreira. Em que as dinâmicas de poder e as desigualdades estruturais impedem muitas mulheres de alcançar posições de liderança, evidenciando-se a persistente sub-representação feminina nos espaços de poder e tomada de decisão nas instituições.

Desta forma, torna-se relevante verificar a representatividade do gênero feminino, especialmente no campo das Ciências Agrárias, o qual tem demonstrado nos últimos anos, grande participação no PIB (produto interno bruto) do país sendo um dos campos que mais recebem investimento para a pesquisa científica, com intuito de refletir acerca das trajetórias que as mulheres têm que enfrentar para se qualificarem e se colocarem no mercado de trabalho e/ou se manter na pesquisa científica (Zuchetto, 2022). Só através da compreensão desse processo de ser mulher em um campo majoritariamente masculino como o das Ciências da Terra é que poderemos ter a visão amplificada do desafio destas mulheres nessa área do saber. Assim, esta pesquisa tem o propósito de estimular a propulsão de debates e estudos sobre questões de gênero, conferindo uma maior visibilidade à figura feminina.

O programa de pós-graduação analisado

O Programa de Pós-Graduação analisado faz parte dos nove programas de pós-graduação ofertados pelo Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde, instituição pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a qual visa ofertar educação pública, gratuita e de qualidade desde o ensino médio até a pós-graduação no Estado de Goiás. Esta é a única instituição pública existente no município de Rio Verde na qual está localizado.

Em relação à cidade de Rio Verde, esta é pertencente à região sudoeste do Estado de Goiás, e vem se destacando como a maior produtora de proteína animal do Brasil, além de contribuir com seis por cento do produto interno bruto (PIB) do estado de Goiás o que corresponde a 16,3 bilhões de reais. É também a maior exportador do Estado de Goiás, tendo como pilar de sua economia o agronegócio, com destaque para as agroindústrias (IBGE, 2021). Já o PPGCA-Agro, programa a ser analisado neste estudo, iniciou suas atividades em 2009 oferecendo o Curso de Mestrado. Em 2012, o programa passou por uma reestruturação que originou o atual Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias-Agronomia (PPGCA-Agro) e passou a oferecer também o Curso de Doutorado. Com isso, o PPGCA-Agro tornou-se pioneiro ao oferecer o Curso de Doutorado entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, além de ser a primeira instituição a ministrar o nível de doutorado no interior do estado de Goiás. O programa visa suprir a carência da região quanto à oferta de um curso de doutorado, e tem por intuito atender à

crescente demanda de egressos dos cursos de agronomia e áreas afins. O programa conta atualmente com 19 docentes permanentes (DPs) e 1 docente colaborador, dos quais, 15 docentes são homens e 5 docentes são mulheres (CAPES, 2024).

Perfil das participantes

Analisando os documentos pertencentes à secretaria do curso (fichas de matrículas, plataforma de cadastro de alunos – suap acadêmico e plataforma sucupira da Capes), com a devida autorização da coordenação do programa, procuramos definir a população a ser investigada nesta pesquisa assim como conhecer o perfil da amostra. A partir da análise documental, observou-se que a amostra era composta por mulheres com idades compreendidas entre 28 a 56 anos de idade.

Em relação à raça, em nível de mestrado, contempla-se que 59,34% se declararam brancas, 37,36% pardas e apenas 3,30% pretas. E em nível de doutorado, constata-se que 63,15% se declararam brancas; 33,33% pardas e apenas 3,52% pretas. Estes dados revelam o que vem sendo corroborado pela literatura ao afirmar que o acesso à educação e à ciência foi bastante limitado para as mulheres, e quase inexistente para as mulheres negras, além de que a maior parte de crianças submetidas a trabalho doméstico hoje em nosso país têm um perfil definido: 94,1% são meninas e 73,5% são negras, ou seja, a maioria das meninas privadas do acesso à educação são meninas negras e pobres (FNPETI, 2017).

Artes (2015) consolida o dado anterior ao afirmar que apesar de 50,9% da população brasileira em 2010 ser composta por indivíduos pretos apenas 18,1% conseguem chegar à pós-graduação, o que reafirma que a presença preta na universidade, além de reduzida, é desigual e restrita a algumas áreas do conhecimento. Isto é,

> [...] há uma clara separação das áreas por sexo: as mulheres concentram-se nas áreas de educação, humanidades, artes, saúde e bem-estar social, e os homens nas áreas de engenharia, produção, construção, agricultura e veterinária (Artes, 2015)

O que vem reforçar a dificuldade de acesso das pessoas pretas, em especial das mulheres, a determinadas áreas do conhecimento assim como aos mais altos níveis de formação acadêmica, sendo que as mulheres pretas continuam subrepresentadas nas mais diversas áreas do conhecimento inclusive na área das

ciências da Terra. Caseira e Magalhães (2019) acrescentam que o percentual de doutoras negras em programas de pós-graduação (PPGs) é inferior a 3% no Brasil, dado evidenciado neste levantamento.

Outros dados que também foram obtidos através da análise documental dizem respeito à superioridade no número de orientações realizadas por docentes do sexo masculino em relação ao número de orientações por docentes do sexo feminino.

No nível de mestrado, observou-se que 76,92% das egressas foram orientadas por docentes do sexo masculino, enquanto apenas 23,08% tiveram orientação de professoras. Esse padrão se manteve no doutorado, com 75,44% das egressas sendo orientadas por homens e apenas 24,56% por mulheres. Esses dados podem estar diretamente relacionados à composição do corpo docente do curso, que apresenta uma predominância masculina significativa. Além disso, uma pesquisa realizada por Fiúza, Pinto e Costa (2016) reforça essa tendência ao evidenciar que, no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa, o número de professores homens é expressivamente maior.

O estudo também destaca que esses docentes tendem a atuar mais intensamente na orientação de estudantes da pós-graduação, enquanto as professoras, em geral, concentram sua atuação na iniciação científica. Esse cenário vem sendo apontado em diversas pesquisas em que se afirma que mulheres ainda se encontram nos estágios iniciais de suas carreiras acadêmicas em áreas como ciências agrárias, devido à dificuldade que estas ainda enfrentam para alcançar cargos mais altos, como o de professor titular ou orientador de doutorado. Esse fenômeno reflete os padrões históricos de desigualdade de gênero na academia, onde os homens continuam ocupando posições de poder e prestígio, enquanto as mulheres permanecem em papéis de menor destaque (Fiúza; Pinto; Costa, 2016).

Por último, também foi possível observar através do levantamento documental que a maioria das egressas cursaram o mestrado na própria instituição pesquisada correspondendo ao índice de 57,89% da amostra e que a maioria tem formação na área de Ciências Agrárias, com graduação em agronomia, ciências biológicas, engenharia agrícola, engenharia ambiental, dentre outras.

Assim, caracterizada a amostra, foi possível passar para a segunda etapa da investigação que consistiu na aplicação dos questionários, os quais serão relatados mais à frente.

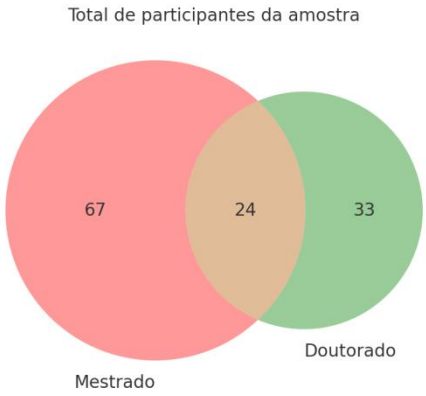
Da Metodologia Utilizada

Esta pesquisa de natureza qualitativa consistiu de um estudo de caso, em que no primeiro momento foi realizada uma análise documental seguida pela aplicação de um questionário semiestruturado.

A pesquisa de natureza qualitativa conforme aponta Martins (2004, p. 291) visa analisar microprocessos através do exame das ações individuais e grupais realizando uma investigação intensiva dos dados tanto em amplitude quanto em profundidade o que vem de encontro com o objetivo desse estudo.

Sendo que após a realização da análise documental e caracterização do perfil das egressas a serem investigadas, procurou-se definir o recorte temporal a ser analisado para a aplicação dos questionários. Assim, definiu-se o recorte temporal de 10 anos (uma década) da respectiva pós-graduação contemplando o período compreendido entre os anos de 2013 a 2023. Em relação à amostra a ser analisada era composta da seguinte forma:

Gráfico 1 – Total de participantes da amostra



Fonte: Criado pela autora (2025)

Observou-se que 91 mulheres eram egressas de mestrado; 57 eram egressas de doutorado e 24 egressas de mestrado e doutorado perfazendo um total de 124 ex-alunas. Já os questionários aplicados eram compostos por quatro seções: a seção 1 continha questões relativas a informações pessoais; a seção 2 perguntas relativas a informações profissionais; a seção 3 continha questionamentos referentes à pesquisa científica e a seção 4 correspondia às contribuições acadêmicas e científicas das egressas, perfazendo um total de 28 questões. A aplicação dos questionários durou

um período de dois meses (outubro e novembro de 2024), tendo sido enviados os questionários *via google forms* nos e-mails cadastrados na secretaria do curso. Também foi realizado contato via whatsapp e por telefone com as egressas convidando-as a participarem da pesquisa. Ao final dos dois meses, foram obtidas 33 respostas dos 124 questionários aplicados, os resultados estatísticos foram tabulados e os dados exploratórios analisados, os quais serão descritos a seguir.

Questionários – Resultados

Seção 1 – Aspectos Pessoais

A primeira seção do questionário era composta por sete questões pessoais como idade, estado civil, se a estudante era egressa de mestrado e/ou doutorado, se possuía filhos, número de filhos, idade dos filhos e se a egressa teve filho durante o período de mestrado e/ou doutorado.

Como resultados, observamos que das 33 respondentes, 48,5% eram egressas de mestrado e doutorado, 30,3% egressas somente de doutorado e 21,2% egressas somente de mestrado, com idades compreendidas entre 28 e 56 anos, a maioria casada e sem filhos. As que possuem filhos, têm em sua maior parte, de um a dois filhos, o que vem de encontro com as estatísticas atuais que apontam o adiamento da maternidade pela mulher assim como a diminuição do número de filhos por famílias. Um fato que nos chamou a atenção nessa seção foi o relato de algumas egressas que tiveram filhos durante o mestrado ou doutorado, ao afirmarem que o desconforto por parte do corpo docente da instituição era visível ao anunciarem a gravidez. Há uma egressa que mencionou que não teve seu tempo de prorrogação de defesa assegurado. No entanto, não é possível saber com exatidão quando este fato aconteceu, pois em todas as instituições do país, atualmente, é comum que os regulamentos dos programas de pós-graduação, contemplem direitos relacionados à maternidade, inclusive no que se refere à prorrogação do prazo para conclusão dos cursos de mestrado e doutorado.

Outro aspecto mencionado pelas egressas que estiveram gestantes durante a pós-graduação refere-se à falta de rede de apoio, condição esta, em que diversos autores ressaltam a importância, sendo que a rede de apoio familiar desempenha um suporte preponderante. É nesse sistema de colaboração que muitas mulheres se

amparam para enfrentar os desafios e as pressões provenientes das demandas familiares e da carreira acadêmica.

Seção 2 – Aspectos Profissionais

Na seção 2 foram realizadas perguntas relativas a aspectos profissionais das egressas, dado que 81,8% das egressas encontram-se empregadas e 18,2% desempregadas. Em relação à área de atuação, observa-se que 24,2% atuam na área privada/CLT; 18,2% na área da pesquisa em instituição pública; 12,1% na área de ensino – docente de instituição pública; 6,1% na área da pesquisa em instituição privada; 6,1% na área de ensino - docente em instituição privada e as demais respostas corresponderam a 3% do percentual.

O que diz respeito à remuneração; 75,7% recebem entre 3 a 10 salários mínimos, este fato é corroborado por pesquisa realizada por Kelniar, Lopes e Pontili (2013) ao afirmarem que a educação exerce uma influência decisiva na renda do trabalhador, pois contribui para o aprimoramento de suas habilidades e, consequentemente, para o aumento de sua produtividade, o que acaba por refletir no crescimento de sua remuneração.

Nessa seção também foi questionado se a atuação profissional atual da egressa é vinculada a área de ciências agrárias: 66,7% responderam que sim e 33,3% responderam que não, deste modo, grande parte das ex-alunas, atua na área de ciências agrárias ou áreas correlatas como a área ambiental, tendo como principais motivações para cursar a pós-graduação: o crescimento profissional, o interesse em pesquisa, a influência de professores além de possibilidades de emprego na região. Esses resultados demonstram que muitas egressas acreditam que a pós-graduação pode ser vista como um diferencial competitivo no mercado de trabalho e uma forma de aumentar salários, assumirem cargos de liderança ou obter credibilidade na área, além de que muitas delas afirmam terem afinidade com a produção de conhecimento e inovação tecnológica, que são pilares das Ciências Agrárias, desejando dar continuidade em seus estudos, além do fato de não haverem tantas opções de formação na referida localização geográfica investigada.

Nesta seção, investigou-se também como foi a experiência das egressas na busca por oportunidades no mercado de trabalho após a conclusão do Programa de Pós-Graduação. Os dados revelam que 51,5% das participantes classificaram essa

experiência como moderada, enquanto 36,4% a consideraram difícil e apenas 12,1% a descreveram como fácil. Esses números indicam que uma parcela significativa das egressas enfrentou obstáculos no processo de inserção profissional. Dentre os principais desafios relatados, destacam-se a predominância de vagas em cargos técnico-operacionais, a exigência de experiência prévia — muitas vezes incompatível com o perfil das recém-formadas — e a elevada expectativa salarial por parte das empresas ao considerar a contratação de profissionais com titulação stricto sensu, o que se configurou como um entrave adicional.

Alguns relatos também deixam subentendidos à questão da discriminação de gênero por parte de empregadores que acreditam que as mulheres não "conseguiriam" desempenhar algumas funções como homens agrônomos por exemplo.

Ademais, foi indagado se as egressas acreditam que a profissão ligada a Ciências Agrárias é mais favorável para homens, mulheres ou ambos: 84,8% responderam que para os homens, 15,2% para ambos, nenhuma egressa acredita que o mercado de trabalho na área de ciências agrárias seja favorável para as mulheres. Isso se deve ao fato de vários aspectos como sociais, culturais, históricos e estruturais que vão desde o histórico de masculinização do setor de ciências agrárias devido à percepção de que essa área exige força física e habilidades tradicionalmente atribuídas a homens aos estereótipos de gênero em que as mulheres são vistas como menos capazes de desempenhar certos papéis no setor (como liderança em fazendas ou cargos técnicos de campo), perpetuando preconceitos que favorecem a contratação e promoção de homens; a baixa representação feminina em cargos de liderança e a falta de modelos femininos de sucesso; ambientes de trabalho hostis ou excludentes; os desafios da mulher em conciliar o trabalho e a vida familiar, dentre outros aspectos. A literatura corrobora com esse entendimento ao afirmar que a mulher sofre uma segregação vertical e uma segregação horizontal. A segregação vertical é um mecanismo social talvez ainda mais sutil, mais invisível, que tende a fazer com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas ou, em outras palavras, que não progridam nas suas escolhas profissionais.

Estudos que abordam a segregação vertical têm se valido de termos como "teto de vidro", indicando os processos que se desenvolvem no ambiente de trabalho que favorecem a ascensão profissional dos homens. O teto de vidro é invisível, mas é um mecanismo que tem sido identificado em diversas carreiras como as da ciência

e tecnologia. (Olinto, 2011, p. 69), outro fenômeno que deve ser analisado diz respeito à segregação horizontal, a qual se refere à divisão dos indivíduos por área do conhecimento, em que se verifica uma maior representatividade de mulheres nos cursos de Ciências Humanas, Letras, Artes e Ciências Biológicas do que em áreas como Ciências Exatas e Agrárias (Olinto, 2011). Desta forma, as mulheres continuam encontrando mais obstáculos do que os homens para se inserirem em certos segmentos do mercado seja por preconceitos culturais, ausência de políticas de inclusão ou ambientes de trabalho predominantemente masculinos.

A literatura corrobora com esta informação ao afirmar que continuamente o corpo feminino é utilizado para demarcar diferenças, que impõem às mulheres restrições de oportunidades: agrônomas e veterinárias, por exemplo, ouvem a "justificativa" de que não podem ser contratadas para determinadas funções porque não "conseguiriam" fazer todas as atividades que um agrônomo ou veterinário, supostamente, seriam capazes de fazer, já que não teriam a mesma força que eles para lidar com o solo e os animais. Deste modo, quando não são desqualificadas para determinadas funções, podem, ainda, serem tratadas de forma desigual (Gouvêa, 2023).

Ainda nessa seção foi perguntado, se as egressas acreditam que o mestrado/doutorado contribuiu para seu ingresso no mercado de trabalho, como respostas, muitas egressas relataram que apesar dos programas de mestrado e doutorado auxiliarem na formação dos pesquisadores e até melhorem a pontuação em processos seletivos de docência, existe um descompasso entre as qualificações adquiridas no meio acadêmico e as exigências do mercado de trabalho.

Muitas alunas ingressam na pós-graduação logo após o término da graduação não adquirindo experiência prática em contextos corporativos ou de trabalho fora do ambiente acadêmico, o que dificulta seu ingresso posteriormente. Outro fator que cabe destacar é que muitas empresas acreditam que candidatos com alta qualificação acadêmica têm expectativas salariais mais altas ou não se ajustarão bem ao ambiente corporativo. Deste modo, a fim de solucionar essa questão, é necessário aliar a formação acadêmica com o desenvolvimento de experiências práticas e uma maior integração entre a academia e o setor produtivo.

Seção 3 – Aspectos Relacionados à pesquisa Científica

Já a seção 3 foi dedicada a questões relacionada à pesquisa científica; a primeira questão perguntou se a egressa possuía experiência com pesquisa científica antes de ingressar no mestrado/doutorado; 81,8% responderam que tinham experiência em pesquisa e 18,2% que não possuíam experiência. Em relação às respostas apresentadas, a maioria argumentou que a experiência adquirida em pesquisa é proveniente da iniciação científica, seguida por estágios e atuação profissional em empresas relacionadas à área de pesquisa. Assim, observa-se que a iniciação científica se apresenta como o primeiro contato formal de muitas estudantes com o método científico incentivando-as a seguir a carreira acadêmica sendo uma excelente preparação para o mestrado e doutorado além de aproximá-las da comunidade científica. Já os estágios e a atuação profissional em empresas ou organizações ligadas à área de pesquisa também se mostraram relevantes segundo as falas das egressas.

Por conseguinte, foram indagadas quais as principais motivações das egressas em continuarem na área da pesquisa científica: a maior parte respondeu oportunidades de carreira, seguida por satisfação pessoal e reconhecimento profissional.

No próximo item, foi perguntado se a ex-aluna enfrentou dificuldades em ingressar e se manter na pesquisa científica após a conclusão do programa; 60,6% responderam que tiveram dificuldades e 39,4% disseram que não. As que responderam afirmativamente a questão pontuaram como principais dificuldades: o acesso limitado a redes de pesquisa (42,9%), a falta de reconhecimento profissional (42,9%), a falta de recursos financeiros (33,3%), e a discriminação de gênero (14,3%). Assim, observa-se que a transição entre a formação acadêmica e o ingresso no mercado de trabalho, é dificultosa em vários aspectos, dado que pesquisadoras como Jussara Prado (2014) pontuam que as demandas específicas das mulheres precisam ser consideradas, ainda mais nas fases iniciais da carreira, quando geralmente ocorrem o advento da maternidade e o cuidado com as crianças pequenas. Segundo a autora, atitudes desse tipo podem fazer a diferença e “trazer uma melhoria significativa na contribuição das mulheres para a ciência e traduzir a igualdade na formação acadêmica em igualdade em termos da produção científica”.

Ainda nesta seção, foi questionado se a egressa teve algum apoio específico que facilitasse sua inserção na área científica depois de formada. E, se a resposta fosse afirmativa, como esse apoio influenciou sua trajetória. Como respostas, 66,7%

das respondentes disseram não e 33,3% afirmaram que sim. As que responderam afirmativamente à questão pontuaram a estabilidade no emprego, a rede de contatos, a mentoria/apoio de professores, as bolsas de agência de pesquisa durante o curso da pós-graduação e a rede de apoio familiar. Consequentemente observa-se a partir dos itens elencados que a estabilidade no emprego e as bolsas de agências de fomento garantem as condições materiais necessárias para se manter na pesquisa, a mentoria e as redes de contatos fornecem apoio técnico e estratégico necessários e a rede de apoio familiar complementa oferecendo suporte emocional e prático, essencial para lidar com desafios da carreira.

Seção 4 – Contribuições Acadêmicas e Científicas

Esta seção teve por objetivo questionar às egressas em relação às suas contribuições acadêmicas e científicas junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias. A primeira questão da seção indagou se a ex-aluna havia publicado algum artigo proveniente da sua dissertação ou tese; 87,9% responderam que sim e 12,1% responderam que não. Em relação ao quantitativo de artigos publicados, 45,5% responderam que de um a três artigos; 33,3% disseram de três a cinco artigos e 21,2% afirmaram que publicaram mais de cinco artigos. Já ao que diz respeito ao qualis da revista publicada, a maioria publicou em revistas qualis A ou B. A literatura nos traz que a expansão das universidades públicas e dos programas de pós-graduação a partir dos anos 2000 no Brasil, democratizaram o acesso à pesquisa, permitindo que mais mulheres participassem ativamente da ciência, isso favoreceu o aumento de publicações científicas e da divulgação dos resultados em revistas indexadas e classificadas nos estratos Qualis. No entanto, não podemos nos esquecer como afirmam Maia e Caregnato (2008) que ao observar as coautorias nos artigos publicados por pesquisadores e pesquisadoras, nota-se que a rede de parcerias dos pesquisadores é muito mais ampla. Ou seja, eles publicam artigos com muito mais autores que as pesquisadoras, com predominância de outros pesquisadores homens. As redes de parcerias entre autores e instituições são responsáveis por fomentar as pesquisas, assim como as publicações científicas. Percebe-se, assim, nesta prática instituída de publicação de artigos, um regime de gênero que se estabelece, prioritariamente, entre os pesquisadores do sexo masculino e que favorece a preservação da hierarquia dos pesquisadores sobre as pesquisadoras no campo

científico. Assim, a produção técnico-científica é parte fundamental do capital científico desses agentes, por definir a posição social de cada pesquisador no campo acadêmico.

Outro questionamento desta seção foi a respeito da percepção da egressa, como esta avalia sua contribuição científica para o campo das Ciências Agrárias; 42,4% das egressas responderam como significativa; 30,3% como moderada; 24,2% muito significativa e somente 3% responderam pouco significativa. Desta forma, os resultados demonstram que cada vez mais as mulheres têm a percepção de sua contribuição e significância na pesquisa científica. Ao longo das últimas décadas, mais mulheres vêm sendo reconhecidas na produção de conhecimento, o que faz com que estas se tornem mais motivadas devido a mudanças culturais, institucionais e sociais que as valorizam, assim como suas conquistas, ampliando sua participação em todas as áreas do saber. Embora ainda existam obstáculos, a percepção de sua relevância está cada vez mais forte e alimentada pelo apoio de políticas públicas, movimentos sociais e redes de colaboração que buscam promover a equidade de gênero na ciência.

No próximo item do questionário foi requisitado através de uma questão aberta que a egressa descrevesse as principais contribuições que ela acredita ter feito para o avanço da pesquisa científica no campo das Ciências Agrárias incluindo publicações, projetos de pesquisa e disseminação do conhecimento. Como respostas, muitas ex-alunas relataram que suas pesquisas são relevantes e que contribuíram para novas descobertas, novas técnicas de manejo que inclusive vem sendo aplicadas junto a parcerias público-privadas como também pesquisas voltadas a área de sustentabilidade, conservação do cerrado, biocombustível, dentre outros, contribuindo para a preservação do planeta. Desta forma, esses dados só reforçam as contribuições das mulheres em diversas áreas do conhecimento, visto que a participação feminina está transformando a ciência, tanto em termos de inovação quanto de inclusão.

Na etapa seguinte da pesquisa, procurou-se compreender se, na percepção das egressas, existem estratégias viáveis que possam ser adotadas para ampliar a participação e promover o sucesso das mulheres na área de Ciências Agrárias. Além disso, buscou-se identificar quais ações específicas poderiam ser implementadas nesse sentido, a partir da vivência e das reflexões das próprias respondentes.

Como respostas, 90,9% afirmaram que sim, existem estratégias que podem ser empregadas e 9,1% responderam que não, tendo sido elencadas como táticas a serem implementadas: as bolsas de fomento e os editais específicos para estudantes mães, o financiamento de pesquisas; o acesso a vagas de cotistas; a igualdade de gênero; as parcerias para ingresso no mercado de trabalho após a conclusão do curso; os programas de estágio; a valorização e o reconhecimento profissional; a criação de redes de pesquisa entre as mulheres; a maior divulgação das pesquisas desenvolvidas pelas mulheres; as mentorias e rede de apoio, a criação de creche institucional; o combate ao machismo; o acesso equitativo entre homens e mulheres na carreira, dentre outros.

Ainda nesta seção foi abordado o questionamento a respeito de quais tipos de apoios as ex-alunas consideram mais relevantes para facilitar a participação das mulheres na pesquisa científica e quais mudanças elas sugerem para melhorar a inserção e o reconhecimento das mulheres na pesquisa científica no campo das Ciências Agrárias. Como soluções foram apontadas a equiparação salarial, a formação de lideranças para cargos estratégicos, o fomento governamental através de bolsas e auxílios, a premiação a mulheres pesquisadoras de destaque e o incentivo às pesquisadoras mães.

É notório que em muitos países, as mulheres continuam ganhando menos que os homens quando ocupam posições idênticas ou realizam o mesmo trabalho, desse modo, a equiparação salarial não é apenas uma questão de justiça, mas também de valorização do trabalho das mulheres, além de ajudar a atrair e reter pesquisadoras talentosas, garantindo que suas contribuições sejam adequadamente reconhecidas. Lombardi (2018) afirma que as profissões tidas como mais masculinas são sempre mais prestigiadas e as que ganham mais. Assim, fomentar a participação feminina, inclusive das estudantes mães e premiar pesquisadoras de destaque aumenta a visibilidade de suas conquistas, combatendo estereótipos de gênero e incentivando mais mulheres a se dedicarem à ciência, se tornando algo imprescindível a ser realizado.

No último item do questionário foram apurados com as egressas, quais os desafios elas enxergam para as futuras gerações de mulheres pesquisadoras na área das Ciências Agrárias. Como resultados, os principais pontos citados pelas entrevistadas dizem respeito ao reconhecimento profissional e científico, a equiparação salarial entre homens e mulheres, a incerteza em continuar na pesquisa,

saúde mental para conciliar carreira, maternidade e família, a frequente atualização profissional e científica inclusive quanto ao uso de novas tecnologias, o machismo e a discriminação de gênero.

Assim, o fato de homens e mulheres não terem as mesmas oportunidades e os mesmos resultados na vida em coletividade nas mais diversas áreas, traduz uma desigualdade de gênero ainda persistente na sociedade contemporânea. A cientista social Connell (1987) introduziu o conceito de “regime de gênero” para explicar como estruturas, processos e crenças sociais produzem e reforçam a desigualdade entre homens e mulheres. Segundo a autora, as organizações reproduzem essas desigualdades ao valorizar um modelo de “trabalhador ideal” — disponível em tempo integral, sem encargos familiares e associado a atributos tradicionalmente masculinos —, o que contrasta com a realidade vivida por muitas mulheres, ainda majoritariamente responsáveis pelo cuidado do lar e da família.

Desta forma, cada um dos desafios apontados pelas egressas exige políticas públicas, institucionais e mudanças culturais a serem superadas, o que inclui ações afirmativas, por exemplo, cotas e premiações específicas para mulheres, além da promoção de ambientes acadêmicos mais inclusivos e equitativos, onde as pesquisadoras possam ter condições iguais às de seus colegas homens.

Poggio (2022) também ressalta que o alcance de uma equidade de gênero em áreas nas quais os homens predominam pode representar maiores chances de uma ampla reversão do atual cenário. A partir de uma participação significativa das mulheres em campos considerados como mais masculinos, a exemplo das ciências agrárias, mais rapidamente poderão ser superados os estereótipos negativos relacionados à capacidade e à competência feminina. Não obstante, a valorização de modelos femininos de pesquisadoras incentiva outras mulheres a seguirem pelo mesmo caminho.

Considerações Finais

Este estudo buscou contribuir para o debate de questões que englobam desde a divisão sexual do trabalho, a aspectos relacionados à família e à vida das pesquisadoras, levando em conta seus diferentes ciclos de vida. Pois, historicamente, desde sua entrada no mercado de trabalho, as mulheres tiveram que enfrentar inúmeras batalhas para alcançar seus objetivos e romper com a visão ultrapassada

de que seu papel se limitava à reprodução e ao cuidado com os filhos e com o lar, os quais as confinavam ao ambiente doméstico. Diante desse contexto, os dados presentes na literatura revelam que, apesar de as mulheres terem aumentado sua participação em pesquisas no Brasil e no mundo no século XXI, a desigualdade de gênero ainda persiste em áreas como publicações, citações, concessão de bolsas e colaborações, além do difícil alcance a cargos de maior poder e prestígio no campo científico. Desta forma, superar a desigualdade de gênero no meio científico é um desafio complexo que exige ações coordenadas em diversos níveis que vão desde políticas institucionais até mudanças culturais, as quais foram debatidas ao longo desta pesquisa.

Em síntese, os dados obtidos por meio dos questionários revelam a complexidade da realidade vivida pelas egressas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias. Embora a maioria tenha conseguido ingressar no mercado de trabalho, muitas relataram enfrentar barreiras significativas, como a discriminação de gênero e a falta de experiência prática, apesar das conquistas relevantes alcançadas, especialmente no campo das contribuições científicas. Assim, os resultados apontam para a urgência de políticas institucionais mais inclusivas, como editais específicos voltados para as estudantes mães, ações de promoção da igualdade de gênero e estratégias que favoreçam a inserção e a permanência das mulheres no mercado de trabalho e em posições de liderança na ciência.

Também buscaremos através desta investigação, apresentar os resultados obtidos junto a direção da instituição, coordenação do curso, pró-reitoria e direção de pesquisa e pós-graduação a fim de que comissões pertinentes possam ser criadas com intuito de estudar os regulamentos existentes e até mesmo alterá-los se necessários, alinhando-os aos princípios e diretrizes estabelecidos nos documentos da Capes e CNPq, a fim de que novos editais específicos possam ser implementados garantindo o acesso e permanência das mulheres estudantes na pesquisa científica na referida instituição.

Desta forma, torna-se imprescindível o reforço de ações que promovam o combate ao machismo, a valorização profissional e a criação de redes de apoio e pesquisa lideradas por mulheres. Esses esforços são fundamentais para superar os desafios atuais, promovendo a construção de um ambiente acadêmico e profissional mais equitativo.

Referências

ARTES, A. **Desigualdade de cor/raça e sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós-graduação brasileira 2000 e 2010**: relatório de Pesquisa do Projeto Equidade na Pós-Graduação. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015.

BENEDITO, F. de O. Intrusas: uma reflexão sobre mulheres e meninas na ciência. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 2, p. 06-09, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000200003. Acesso em: 25 abr. 2025.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Plataforma Sucupira**: Relatório do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias. Brasília: CAPES, 2024. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 10 abr. 2025.

CASEIRA, F. F.; MAGALHÃES, J. C. Meninas e jovens nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação: raça-etnia, gênero e ciência em alguns artefatos. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 7, n. esp., p. 259-275, 2019.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Brasil:** Mestres e Doutores 2019. Brasília, DF: CGEE, 2019-2021. Disponível em: https://mestresdoutores2019.cgee.org.br. Acesso em: 20 jan. 2025.

CONNELL, R. **Gender and Power**: Society, the Person and Sexual Politics. Cambridge: Polity Press, 1987.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Plataforma Lattes**. Brasília, DF: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, [20--]. Disponível em: http://lattes.cnpq.br. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal Goiano Campus Rio Verde**. Goiânia: IF Goiano, [20--]. Disponível em: https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/rio-verde. Acesso em: 13 fev. 2025.

FIÚZA, A. L. C.; PINTO, N. M. A.; COSTA, E. R. Desigualdades de gênero na universidade pública: a prática dos docentes das ciências agrárias em estudo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 803-818, jul./set. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609148223. Acesso em: 23 fev. 2025.

FNPETI – FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHOINFANTIL. **Trabalho infantil nos ODS**. Brasília: FNPETI, 2017. Disponível em: https://gestos.org.br/wpcontent/uploads/2017/10/84f6ae8786c869b86174ff76d8a66a93.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

GOUVÊA, Tatiani Gomes. **As mulheres nas Ciências Agrárias:** desafios face ao regime de gênero e à divisão sexual do trabalho. 2023. 224 f. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2023.

HARDING, S. **Ciência e feminismo**. São Paulo: UNESP, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Rio Verde (GO)**: Cidades e Estados (2021). [Brasília?]: IBGE, [2021?]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/rio-verde.html. Acesso em: 18 jun. 2025.

KELNIAR, V. C.; LOPES, J. L.; PONTILI, R. M. A teoria do capital humano: revisitando conceitos. *In*: EPCT: Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 8., 2013, Campo Mourão. **Anais** [...]. Campo Mourão: Unespar, 2013. p. 01-12.

LOMBARDI, M. R. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, v. 36, p. 173-202, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000100008. Acesso em: 11 dez. 2024.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIA, M. F.; CAREGNATO, S. E. Co-autoria como indicador de redes de colaboração científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p.18-31, maio/ago., 2008.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa em pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 set.2024.

MOSCHKOVICH, M; ALMEIDA, A. M. F. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. **DADOS** - Revista de Ciências Sociais, v. 58, n. 3, p. 749-789, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/00115258201558. Acesso em: 14 set. 2024.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 68-77, 2011. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667. Acesso em: 20 fev. 2025.

POGGIO, B. Working for Gender Equality in the Neoliberal Academia: Between Theory and Practice. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 26, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022220014.en. Acesso em: 04 fev. 2025.

PRADO, J. P. Scientific production of researchers with doctorate in Brazil and abroad: gender differences in the area of Ecology. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 11, n. 25, p. 709-727, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.21713/2358-2332.2014.v11.479. Acesso em: 29 jan. 2025.

ROQUE, T; OLIVEIRA, L. **Mulheres na ciência**: o que mudou e o que precisa mudar**.** Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2024. 180 p.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1991.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: São Paulo, 2001.

ZUCHETTO, M. da S. **Mulheres, ciências agrárias e mercado do agronegócio no RS**: um estudo sobre fatores de inserção. 2022. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/245353. Acesso em: jan. 2025.